RECOMENDAÇÃO Nº 3979/89/CECA DA COMISSÃO

de 20 de Dezembro de 1989

relativa à vigilância comunitária das importações de certos produtos siderúrgicos que são objecto do Tratado CECA, originários de países terceiros

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e, nomeadamente, o seu artigo 74º,

Considerando que, pela Recomendação nº 256/89/CECA [1], a Comissão submeteu a vigilância comunitária as importações na Comunidade de certos produtos siderúrgicos que são objecto do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço;

Considerando que persistem as razões que levaram a Comissão a tomar esta medida, e que é conveniente, por conseguinte, renovar e completar o referido sistema de vigilância de modo a assegurar um conhecimento mais completo das importações previsíveis e das condições em que são efectuadas,

FORMULA A SEGUINTE RECOMENDAÇÃO:

Artigo 1º

1. A introdução em livre prática na Comunidade dos produtos siderúrgicos que são objecto do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, enumerados no anexo III, originários de países terceiros, fica sujeita à emissão de um documento de importação.

2. Os produtos referidos no nº 1 são considerados como sendo de primeira escolha, salvo apresentação de prova em contrário pelo importador.

3. O documento de importação é emitido ou visado pelos Estados-membros, para todas as quantidades pedidas e sem quaisquer encargos, aquando da apresentação do pedido e sempre no prazo máximo de dez dias úteis após a apresentação do pedido devidamente preenchido, acompanhado de dois duplicados do ou dos contratos de compra que o motivaram e da ou das confirmações de encomenda pelo vendedor. O original destes documentos, bem como a factura *pro forma,* devem ser apresentados se a autoridade que emite as licenças o exigir.

4. A aplicação do nº 1 não prejudica a manutenção das restrições quantitativas existentes aplicadas pelos Estados-membros a certos produtos siderúrgicos em relação a certos países terceiros.

5. O documento de importação é eficaz por três meses, sem prejuízo de uma eventual modificação do regime de importação em vigor.

Artigo 2º

1. O pedido do importador deve mencionar:

a) O nome e o endereço do importador, a sua profissão, bem como o seu número de telefone e de telex;

b) A designação da mercadoria e a indicação do código de acordo com a Nomenclatura Combinada (código NC) [2];

c) O país de origem;

d) O país de proveniência;

e) O peso líquido por lote;

f) A moeda e o valor (CIF ou DAF) facturado;

g) A data e o local previstos para o desalfandegamento;

h) Quando for caso disso, as características pormenorizadas que determinam a segunda escolha ou o carácter de desclassificado.

2. O importador deve igualmente dar as seguintes informações complementares:

A. Em relação aos produtos originários e directamente provenientes de um dos países enumerados no anexo I (importação directa):

a) A designação comercial dos produtos, incluindo as especificações exactas e, se for caso disso, o carácter de segunda escolha ou a sua eventual utilização na construção naval, a indicação do exportador e do local de entrega;

b) O preço incluindo portes no destino, por tonelada e sem IVA, mencionando os extras ou descontos, bem como as despesas de transporte entre o ponto de paridade escolhido e o local de entrega;

c) A indicação:

i) Da tabela do produtor do país terceiro de origem escolhida para o cálculo do preço incluindo portes, com a menção da data dessa tabela,

ou

ii) Da tabela do produtor comunitário escolhida para o cálculo do preço incluindo portes, com a menção da data dessa tabela,

ou

iii) Se for caso disso, da oferta do país terceiro com base na qual o alinhamento foi efectuado e dos pormenores necessários à sua identificação, bem como a menção da data desta oferta.

[1] JO nº L 30 de 1. 2. 1989, p. 49.

[2] JO nº L 256 de 7. 9. 1987.

B. Em relação aos produtos originários e directamente provenientes de um dos países enumerados no anexo II (importação directa):

a) A designação comercial dos produtos, incluindo as especificações exactas e, se for caso disso, o carácter de segunda escolha ou a sua eventual utilização na construção naval, a indicação do exportador e do local de entrega;

b) O preço incluindo portes no destino, por tonelada e sem IVA, mencionando todos os elementos que permitiram o cálculo do preço incluindo portes e, nomeadamente, os extras, os descontos e as despesas de transporte até ao local de entrega;

c) A indicação:

i) Da tabela do produtor comunitário escolhida para o cálculo do preço incluindo portes, com a menção da data dessa tabela,

ou

ii) Se for caso disso, da oferta do país terceiro com base na qual o alinhamento foi efectuado e dos pormenores necessários à sua identificação, bem como a menção da data dessa oferta;

d) Indicação, para os produtos do código NC 7201, do nome e endereço do eventual comprador final, desde que conhecido.

C. Em relação aos produtos originários de um dos países enumerados nos anexos I e II, mas provenientes de qualquer outro país terceiro que não o país de origem (importação indirecta) e para os produtos originários de um país terceiro, não enumerados nos anexos I e II:

a) A designação completa correspondente à que figura na lista dos produtos submetidos aos preços de base em vigor, bem como a indicação do exportador e do local de entrega;

b) O preço CIF ou DAF fronteira comunitária, por tonelada, na moeda do contrato, aumentado dos direitos aduaneiros aplicáveis, bem como das despesas de descarga;

c) Indicação, para os produtos do código NC 7201, do nome e endereço do eventual comprador final, desde que conhecido.

3. O importador declarará que, aquando da operação comercial, nem ele nem o comprador beneficiaram de qualquer desconto ou outra forma de reembolso não previsto no contrato relativo a esta operação e que não virão a deles beneficiar posteriormente.

4. O importador deve certificar a exactidão do seu pedido de documento de importação.

5. O importador deve indicar se o seu pedido diz respeito a uma entrega que já foi objecto de um pedido de documento de importação anterior.

Artigo 3.º

1. Aquando da concessão de um documento de importação relativa aos produtos originários dos países constantes dos anexos I e II, os Estados-membros comunicarão à Comissão a diferença entre:

— o preço, incluindo portes, que resultaria da aplicação da tabela de referência e,

— o preço, incluindo portes, calculado com base no contrato ou na factura *pro forma*.

Os Estados-membros transmitirão igualmente todos os documentos necessários, nomeadamente os duplicados dos pedidos de documentos de importação, dos contratos de compra e das confirmações de encomenda pelo vendedor, sempre que a diferença de preços verificada for substancial ou respeitar a uma quantidade considerável.

2. Aquando da concessão de um documento de importação para os produtos originários:

— de países terceiros que não os enumerados nos anexos I ou II,

— de um país enumerado nos anexos I ou II, mas proveniente de um país terceiro que não o país de origem (importação indirecta),

os Estados-membros comunicarão à Comissão a diferença em ecus, por tonelada, entre:

— o preço de base, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, e

— o preço CIF ou DAF fronteira comunitária, incluindo os direitos aduaneiros e as despesas de descarga.

3. Os Estados-membros darão a conhecer à Comissão, nos dez primeiros dias de cada mês, a quantidade expressa em toneladas e os montantes (calculados com base nos preços CIF ou DAF) para as quais tenham sido emitidos no decurso do mês anterior documentos de importação.

4. As comunicações dos Estados-membros devem incluir:

a) A discriminação por país de origem;

b) Por país de origem, a discriminação por produto de acordo com a Nomenclatura Combinada;

c) Por país de origem, a indicação separada das quantidades relativas aos produtos de segunda escolha ou desclassificados;

d) A indicação em separado, em relação ao total por país de origem e por produto, das quantidades que não foram importadas directamente do país de origem e, neste caso, a indicação do país de proveniência.

5. Os Estados-membros darão a conhecer à Comissão nos dez primeiros dias de cada mês:

a) As quantidades em toneladas e os valores calculados na base do preço CIF ou DAF, em relação aos quais tenham caducado documentos de importação no decurso do mês anterior sem terem sido, total ou parcialmente, utilizados;

b) As quantidades em toneladas e os valores calculados com base nos preços CIF ou DAF, em relação aos quais os documentos de importação anteriormente emitidos tenham sido objecto de uma renovação, total ou parcial, no decurso do mês anterior.

Artigo 4º

A presente recomendação é aplicável de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1990.

Feito em Bruxelas, em 20 de Dezembro de 1989.

Pela Comissão

Frans ANDRIESSEN

Vice-Presidente

ANEXO I

Áustria
Finlândia
Noruega
Suécia

ANEXO II

Brasil	Hungria
Bulgária	Polónia
Checoslováquia	Roménia

ANEXO III

7201 10 11	7208 22 99	7209 23 90
7201 10 19	7208 23 10	7209 24 10
7201 10 30	7208 23 91	7209 24 91
7201 10 90	7208 23 99	7209 24 99
7201 20 00	7208 24 10	7209 31 00
7201 30 10	7208 24 90	7209 32 10
7201 30 90	7208 31 00	7209 32 90
7201 40 00	7208 32 10	7209 33 10
	7208 32 30	7209 33 90
7202 11 10	7208 32 51	7209 34 10
7202 11 90	7208 32 59	7209 34 90
7202 99 11	7208 32 91	7209 41 00
	7208 32 99	7209 42 10
7203 90 00	7208 33 10	7209 42 90
	7208 33 91	7209 43 10
7204 50 10	7208 33 99	7209 43 90
7204 50 90	7208 34 10	7209 44 10
	7208 34 90	7209 44 90
7206 10 00	7208 35 10	7209 90 10
7206 90 00	7208 35 91	
	7208 35 93	7210 11 10
7207 11 11	7208 35 99	7210 12 11
7207 11 19	7208 41 00	7210 12 19
7207 12 11	7208 42 10	7210 20 10
7207 12 19	7208 42 30	7210 31 10
7207 19 11	7208 42 51	7210 39 10
7207 19 15	7208 42 59	7210 41 10
7207 19 31	7208 42 91	7210 49 10
7207 20 11	7208 42 99	7210 50 10
7207 20 15	7208 43 10	7210 60 11
7207 20 17	7208 43 91	7210 60 19
7207 20 31	7208 43 99	7210 70 11
7207 20 33	7208 44 10	7210 70 19
7207 20 51	7208 44 90	7210 90 31
7207 20 55	7208 45 10	7210 90 33
7207 20 57	7208 45 91	7210 90 35
7207 20 71	7208 45 93	7210 90 39
	7208 45 99	
7208 11 00	7208 90 10	7211 11 00
7208 12 10		7211 12 10
7208 12 91	7209 11 00	7211 12 90
7208 12 99	7209 12 10	7211 19 10
7208 13 10	7209 12 90	7211 19 91
7208 13 91	7209 13 10	7211 19 99
7208 13 99	7209 13 90	7211 21 00
7208 14 10	7209 14 10	7211 22 10
7208 14 90	7209 14 90	7211 22 90
7208 21 10	7209 21 00	7211 29 10
7208 21 90	7209 22 10	7211 29 91
7208 22 10	7209 22 90	7211 29 99
7208 22 91	7209 23 10	7211 30 10

7211 41 10	7218 90 13	7224 10 00
7211 41 91	7218 90 15	7224 90 11
7211 49 10	7218 90 19	7224 90 30
7211 90 11	7218 90 50	
		7225 10 10
7212 10 10	7219 11 10	7225 10 91
7212 10 91	7219 11 90	7225 10 99
7212 21 11	7219 12 10	7225 20 11
7212 29 11	7219 12 90	7225 20 19
7212 30 11	7219 13 10	7225 20 30
7212 40 10	7219 13 90	7225 30 00
7212 40 91	7219 14 10	7225 40 10
7212 50 31	7219 14 90	7225 40 30
7212 50 51	7219 21 10	7225 40 50
7212 60 11	7219 21 90	7225 40 70
7212 60 91	7219 22 10	7225 40 90
	7219 22 90	7225 50 00
7213 10 00	7219 23 10	7225 90 10
7213 20 00	7219 23 90	
7213 31 00	7219 24 10	7226 10 10
7213 39 00	7219 24 90	7226 10 30
7213 41 00	7219 31 10	7226 20 10
7213 49 00	7219 31 90	7226 20 31
7213 50 00	7219 32 10	7226 20 51
	7219 32 90	7226 20 71
7214 20 00	7219 33 10	7226 91 00
7214 30 00	7219 33 90	7226 92 10
7214 40 10	7219 34 10	7226 99 11
7214 40 91	7219 34 90	7226 99 31
7214 40 99	7219 35 10	
7214 50 10	7219 35 90	7227 10 00
7214 50 91	7219 90 11	7227 20 00
7214 50 99	7219 90 19	7227 90 10
7214 60 00		7227 90 90
	7220 11 00	
7215 90 10	7220 12 00	7228 10 10
	7220 20 10	7228 10 30
7216 10 00	7220 90 11	7228 20 11
7216 21 00	7220 90 31	7228 20 19
7216 22 00		7228 20 30
7216 31 00	7221 00 10	7228 30 10
7216 32 00	7221 00 90	7228 30 90
7216 33 00		7228 60 10
7216 40 10	7222 10 11	7228 70 10
7216 40 90	7222 10 19	7228 70 31
7216 50 10	7222 10 91	7228 80 10
7216 50 90	7222 10 99	7228 80 90
7216 90 10	7222 30 10	
	7222 40 11	7301 10 00
7218 10 00	7222 40 19	
7218 90 11	7222 40 30	